



## A ATIVIDADE CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN

### THE SUGAR CANE ACTIVITY IN THE MUNICIPALITY OF CORONEL JOÃO PESSOA/RN

### ACTIVIDAD DE LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL MUNICIPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.205-226*

#### **João Airton Bessa Lima**

Economista graduado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: joaoairton2011@hotmail.com

#### **Boanerges de Freitas Barreto Filho**

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: boanerges.sms@hotmail.com

#### **RESUMO:**

A pesquisa tem como objetivo geral identificar as contribuições da produção canavieira para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores reconhecidos, além de pesquisa de campo que contemplou a aplicação de questionários para todos os produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa/RN no ano de 2018, bem como, foram realizadas entrevistas com proprietários de engenhos rapadureiros, observação direta nas áreas de cultivo e fabricação dos derivados e obtenção de fotografias. Os resultados indicam que a atividade canavieira desempenha papel importante para a diversificação produtiva dos estabelecimentos da agricultura familiar, gera oportunidades para utilização do trabalho de familiares e trabalhadores contratados, especialmente nos períodos de “moagem” da cana de açúcar, gera renda para os produtores, para os proprietários dos engenhos, para trabalhadores com pouca capacitação e os derivados têm boa aceitação no mercado local e regional. Os resultados da pesquisa sinalizam que a atividade canavieira contribui, ainda que modestamente, para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN e tem perspectivas, desde que sejam superados alguns problemas (envelhecimento dos produtores, pouco interesses dos mais jovens, áreas plantadas reduzidas, dentre outros), para potencializar a agricultura familiar e economia local.

**Palavras-chave:** Atividade Canavieira; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural.

#### **ABSTRACT:**

The general objective of this research is to identify the contribution of sugar cane production to the rural development of Coronel João Pessoa/RN. A bibliographical research was carried out on renowned authors, as well as a field research that included the application of questionnaires to all sugarcane producers of Coronel João Pessoa/RN in the year 2018; interviews with owners of sweetie mills; direct observation in the areas of cultivation and manufacture of derivatives; and the obtention of photographs. The results indicate that the sugarcane activity practiced in Coronel João Pessoa/RN plays an important role in the productive diversification of family farming establishments, creating opportunities for the use of the work of family members and contracted workers, especially during sugarcane "milling" periods; it also generates income for the producers, for the owners of the mills and for low-skilled workers; besides, the derivatives have good acceptance in the local and regional market. It is also verified the possibility of exploring the tourist potential of the visitation to the mills, as well as the possibility of holding fairs for dissemination and consumption of the products. The results of this research signals that sugarcane activity contributes, albeit modestly, to the rural development of Coronel João Pessoa/RN and has prospects, provided that some problems are overcome (such as aging of the producers, little interest of the younger ones, reduced planted areas, among others), in order to promote family farming and boost local economic dynamics.

**Keywords:** Sugar Cane Activity; Family Farm; Rural Development.

**RESUMEN:**

La investigación pretende identificar las contribuciones generales de la producción de caña de azúcar para el desarrollo rural de Coronel João Pessoa/RN. Se llevó a cabo una búsqueda de literatura de autores reconocidos, además de trabajos de campo que incluyó la aplicación de cuestionarios a todos los productores de caña de azúcar de Coronel João Pessoa/RN en el año 2018, así como, se realizaron entrevistas con los propietarios de molinos de caña de azúcar, observación directa en las áreas de cultivo y fabricación de derivados y la obtención de fotografías. Los resultados indican que la actividad de la caña de azúcar desempeña papel importante de diversificación productiva de los establecimientos de agricultura familiar, genera oportunidades para el uso de trabajadores familiares y de los trabajadores subcontratados, especialmente en períodos de "molienda" de caña de azúcar, recauda dinero para los productores, para los dueños de los molinos de caña de azúcar, para los trabajadores con escasa formación y los derivados tienen buena aceptación en el mercado local y regional. Resultados de la investigación indican que la actividad de la caña de azúcar contribuye, aunque frugalmente, para el desarrollo rural de Coronel João Pessoa/RN y tiene perspectivas, siempre que se superen algunos problemas (envejecimiento de los productores, poco interés de jóvenes, pequeñas áreas plantadas, entre otros) para fortalecer la agricultura familiar y economía local.

**Palabras clave:** Actividad de la Caña de Azúcar; Agricultura Familiar; Desarrollo Rural.

**1 INTRODUÇÃO**

A atividade canavieira se configura como uma das primeiras atividades econômicas praticada no Brasil, perdurando por longo período como a atividade responsável pelo êxito da empreitada colonial portuguesa. A exploração realizada em extensas faixas de terras, utilizando-se mão de obra escrava e destinada ao mercado europeu assegurou elevada rentabilidade para a metrópole, além de garantir a posse das terras coloniais através da expansão do cultivo em praticamente toda a faixa litorânea (FURTADO, 2007).

O cultivo permitiu a interiorização da ocupação colonial, como foi observado no Nordeste, através da articulação da atividade canavieira com a pecuária. As terras férteis do litoral foram utilizadas para a atividade principal (canavieira) e as terras do agreste e do sertão se destinaram para a constituição das fazendas de gado (FURTADO, 2007). É importante frisar que a cultura da cana de açúcar, mesmo perdendo a proeminência alcançada na época colonial, ainda tem grande relevância para a economia brasileira, destacando-se a produção de açúcar e etanol. Embora o cultivo em grandes propriedades seja o lado mais visível da atividade, tem-se que o plantio também ocorre em médias e pequenas propriedades, inclusive nos estabelecimentos da agricultura familiar.

O cultivo de cana de açúcar para o processamento realizado pelos engenhos rapadureiros ainda ocorre em inúmeros municípios do Nordeste, destinando-se a produção para o atendimento dos mercados regionais. Destaque-se que o cultivo ocorre com a utilização de técnicas tradicionais e o processamento é realizado com equipamentos muito simples, sendo o trabalho, quase que exclusivamente realizado por integrantes das famílias. Os produtos oriundos do processamento da

cana de açúcar são: a rapadura, o alfenim, a batida e o mel, além de produção de cachaça artesanal, com destaques no Alto Oeste Potiguar para a Cachaça Malhada Vermelha que foi produzida em Severiano Melo/RN e para a Tonel Velho produzida em Coronel João Pessoa/RN.

Pelo exposto, o estudo tem como objetivo identificar as contribuições da produção canavieira para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN, enfatizando-se as técnicas e processos utilizados no cultivo e no processamento realizado nos engenhos rapadureiros. A pesquisa focalizou as técnicas e processos utilizados no cultivo e no processamento realizado nos engenhos rapadureiros, a inserção no mercado, a geração de emprego e renda e as motivações para a continuidade da atividade.

Acredita-se que a atividade canavieira tem potencial para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional, considerando-se a base econômica modesta de boa parte dos municípios do Alto Oeste Potiguar e, por isso mesmo, acredita-se que o fortalecimento da cultura destinada ao processamento nos engenhos rapadureiros se constitui em medida necessária para oportunizar emprego e renda para a população carente da região. Dessa forma, entende-se que a cultura da cana de açúcar ainda é de grande importância para a sociedade, não apenas por se tratar de uma cultura tradicional, mas também pela criação de empregos ou, ainda, pela geração de renda, principalmente, para os agricultores familiares.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e outros materiais disponíveis no meio virtual, sendo, portanto, caracterizada como pesquisa bibliográfica e assentando-se nas contribuições de autores renomados, como: Furtado (2007), Abramovay (1998), Kageyama (2004), Mattei, (2014), Wanderley (2003), Schneider (1999, 2003, 2010), Buainain (2006), entre outros. Realizou-se também pesquisa em plataformas digitais, como por exemplo, o *site* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por fim, também foi realizada uma pesquisa de campo, em que foram coletados dados sobre o cultivo (estabelecimentos rurais), nos locais de processamento (engenhos) e mercados em que os produtos são comercializados. Na pesquisa de campo foram aplicados questionários padronizados para todos os agricultores familiares que plantaram a cana de açúcar em 2018 e dois proprietários dos engenhos que processaram o produto no respectivo ano. Além disso, foram realizadas visitas nos locais para obtenção de fotografias e observação direta, e realização de entrevistas com os agricultores familiares que exploram a cana de açúcar e com os proprietários de engenhos para esclarecimentos de questões pontuais. Os depoimentos dos entrevistados foram gravados e depois foi feita a transcrição dos áudios.



## 2 AGRICULTURA FAMILIAR: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Quando se fala em agricultura familiar é importante frisar que este termo pode ser facilmente confundido com campesinato. Nesses termos, Wanderley (2003) caracteriza a produção camponesa como aquela que visa apenas a produção para sua própria subsistência, já o agricultor familiar vê na produção agrícola uma forma de obter renda. Sabe-se que a agricultura familiar é uma prática econômica desenvolvida há tempo, porém, passou por diversas modificações, principalmente no seu meio de produção e na escolha dos produtos. A partir da década de 1990 essa transformação ficou ainda mais visível tendo em vista a diversidade de culturas que os agricultores começaram a desenvolver em seus estabelecimentos (PERONDI, 2007).

Os governantes brasileiros, embora tardiamente, perceberam o potencial da agricultura familiar, especialmente como um instrumento para manutenção de parte da população nas zonas rurais, inclusive nos municípios com baixa capacidade de geração de empregos e renda, como é o caso de boa parte dos municípios do Semiárido. Para oportunizar recursos para o segmento da agricultura familiar se fez necessário o estabelecimento de critérios que não permitissem o acesso de tais fontes pela agricultura patronal, assim, procedeu-se a classificação dos agricultores familiares, com fins de elegibilidade para acessar aos programas.

Segundo a Lei nº. 11.326/2006, que formula a Política Nacional da Agricultura Familiar, para ser considerado um agricultor familiar alguns parâmetros devem ser observados, tais como:

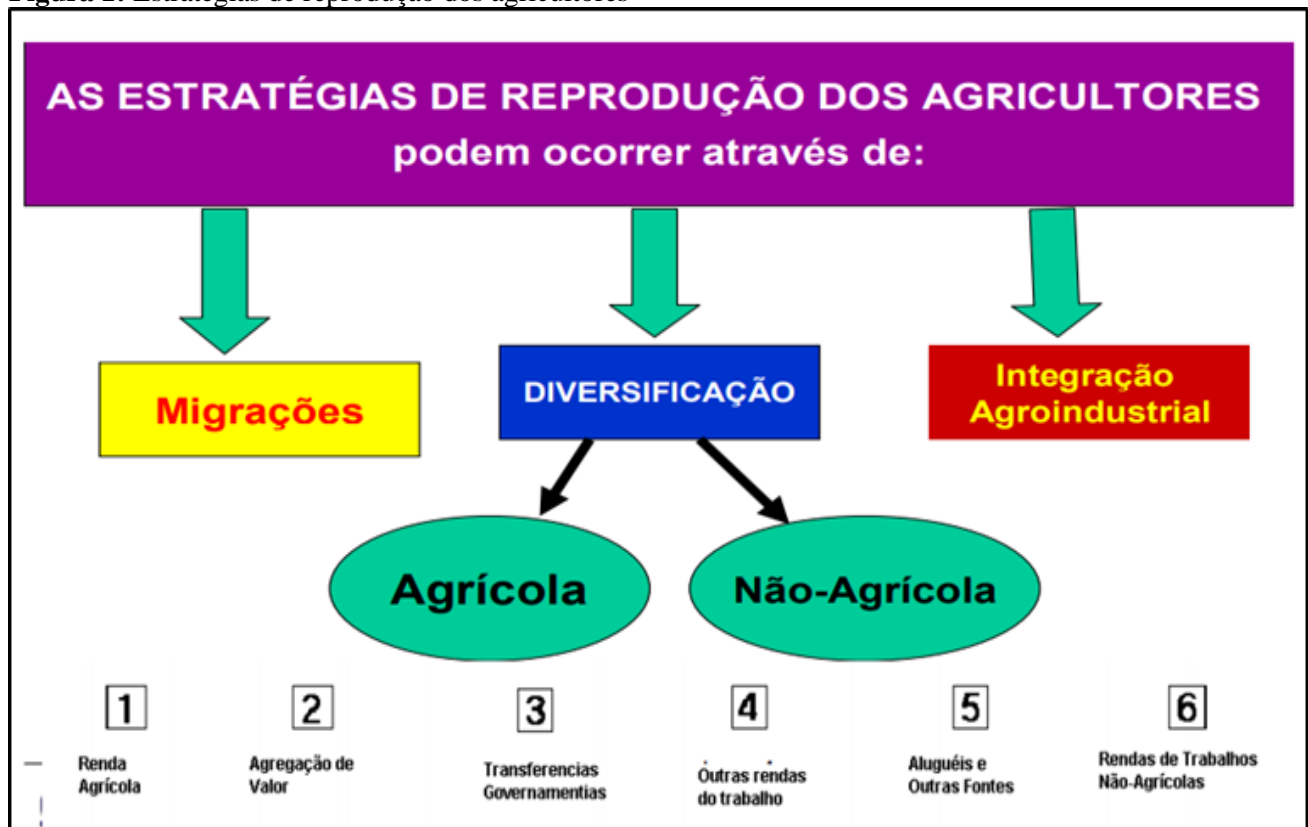
- I – não detenha, a qualquer custo, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família [...];
- III – tenha percentuais mínimo de renda originados do seu próprio empreendimento [...];
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a própria família (BRASIL, 2006).

Assim, o agricultor familiar é aquele pequeno produtor que se utiliza da sua própria mão de obra e de sua família para realização de sua produção. Além disso, grande parte de sua renda é advinda, exclusivamente, do que ele produz em sua propriedade, sendo que essa produção deve ser gerida pela sua própria família, sem que haja interferência de terceiros na gestão do empreendimento.

A figura 1, elaborada por Schneider (2010, p. 92),

[...] indica que o processo de fragilização e vulnerabilização dos indivíduos e das famílias segue de um modo que obedece a um gradiente em que riscos, choques e vulnerabilidades diversas formam o chamado ‘ambiente ou contexto hostil’, no qual esses atores precisam mobilizar seu parcos recursos e habilidades (capitais) para construir estratégias e alternativas que lhes permitam resistir ou se adaptar, conforme as características e a intensidade da situação.

**Figura 1:** Estratégias de reprodução dos agricultores



Fonte: Schneider (2010, p. 93)

Buainain (2006) atenta para a grande diversificação que existe no âmbito da agricultura familiar, podendo variar desde agricultores de pequeno porte até produtores ligados às agroindústrias. Mas foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar ganhou espaço na agenda pública. Alguns aspectos foram relevantes para que o segmento da agricultura familiar passasse a merecer maior atenção, dentre os quais: a força econômica e social demonstrada pelo segmento, com produção relevante de alimentos, fibras e energia, geração de empregos, ocupações em grande volume e o ativismo social dos grupos organizados (sindicatos de trabalhadores rurais) (SCHNEIDER, 2003).

Todas as regiões do país têm forte presença de agricultores familiares no universo da agricultura, sendo as maiores densidades observadas nas regiões Sul e Nordeste e as menores em



alguns municípios da região Norte decorrente da cobertura florestal, e da região Centro Oeste pela forte presença das grandes propriedades do agronegócio.

A agricultura familiar encontra-se espalhada em todo o território nacional. Exceto na Região Centro-Oeste e em municípios da Região Norte, cobertos pela floresta tropical. Nos demais municípios, a participação dos estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos é superior a 60%. Nas regiões Sul e Nordeste, em regra, os estabelecimentos familiares superam 80% do total (BUAINAIN, 2006, p. 23).

Uma característica marcante da agricultura familiar é a capacidade que os produtores têm em desenvolverem uma gama significativa de atividades. A pluriatividade, segundo Fuller *apud* Schneider (1999), leva em consideração não apenas as diferentes culturas que estão sendo produzidas, mas também as mais variadas fontes de renda que consigam obter.

Um dos maiores problemas que ainda se observa para o desenvolvimento da agricultura familiar é a falta de terras necessárias para a ampliação dos cultivos e o déficit de mão de obra. Tais circunstâncias impõem que as famílias busquem outras atividades não agrícolas, sendo assim, passa a desempenhar outras atividades, tais como: comerciais, artesanais, prestação de serviços, inclusive domésticos, dentre outras atividades. As diferenciações no universo da agricultura familiar se consubstanciam numa pluriatividade crescente, sobretudo naqueles segmentos menos capitalizados (SCHNEIDER, 2003).

Também se evidencia, dentre os agricultores familiares que conseguem superar a descapitalização, uma crescente mercantilização com consequências positivas para a ampliação da produção e produtividade, mas também comprometendo a essência da agricultura familiar, especialmente, pela dependência crescente de insumos externos ao estabelecimento. Conforme citam Schneider e Niederle (2008, p. 995)

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura.

Outro aspecto diz respeito ao processo produtivo, que deve levar em consideração vários fatores, como o ecossistema, clima, solo e outros elementos naturais, para que as atividades sejam praticadas em menor impacto ambiental, reduzindo os riscos de exposição dos agricultores aos

agrotóxicos, bem como, garantindo produtos mais saudáveis para os consumidores e para o autoconsumo.

Como maneira de desenvolver a agricultura familiar nas mais diversas regiões do país, criaram-se diversas políticas públicas, dentre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que trouxe para os agricultores familiares a perspectiva de obtenção de crédito, sem a concorrência da agricultura patronal, para aprimorar o processo produtivo, principalmente, com juros abaixo dos praticados no mercado (SCHNEIDER, 2003).

É importante frisar que a partir do PRONAF houve a necessidade de diferenciar, detalhadamente, os segmentos da agricultura familiar que, segundo Schneider (2010), podem ser classificados em agricultores familiares empresariais, não empresariais e camponeses. Nos termos dessa classificação, verifica-se que os produtores empresariais e não empresariais podem se beneficiar das políticas agrícolas, já os camponeses se beneficiam da política agrária.

### **3 DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO PARADIGMA**

Para se compreender o que vem a ser o desenvolvimento rural (DR) é necessário buscar aproximações teóricas sobre o espaço rural. Wanderley (2001, p. 40) afirma que:

[...] [É] um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento.

É um espaço para viver e trabalhar, mas também carregado de enorme simbolismo, especialmente para a população do interior nordestino, percebendo-se tal ligação através de inúmeras obras literárias, musicais e diversas outras formas de manifestações culturais. É um espaço rico e diversificado e com enorme potencial econômico para contribuir com o processo de desenvolvimento.

Correndo o risco de uma simplificação exagerada, tem-se que o entendimento sobre DR pode ser agrupado em duas grandes linhas de abordagem<sup>1</sup>: a primeira, que realça o aspecto produtivista, associando-se à incorporação de inovações tecnológicas do pacote agroquímico e

<sup>1</sup> “No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois” (KAGEYAMA, 2004, p. 383).





tecnológico da “revolução verde” e de medidas intervencionistas patrocinadas pelo Estado para assegurar a modernização da grande propriedade; e a segunda, que realça a “[...] multifuncionalidade do espaço rural [...]” (KAGEYAMA, 2004, p. 385).

Para Freitas, Freitas e Dias (2012, p. 1.580), o DR se baseia em quatro princípios importantes:

i) a noção de crescimento econômico, que tenta romper com o ‘atraso’ da agricultura tradicional, introduzindo os valores econômicos modernos; (ii) a noção de abertura técnica, econômica e cultural, com a prevalência da heteronomia sobre a autonomia dos agricultores em relação aos agentes econômicos com os quais passam a se relacionar; (iii) a noção de especialização da produção agrícola, simplificando os sistemas de produção e ao mesmo tempo adequando-os às modernas técnicas de produção; (iv) a valorização de um novo tipo de agricultor, ‘moderno’, empresarial, individualista e voltado à competição por mercados consumidores.

Os autores apontam a modernização, os relacionamentos estabelecidos, a especialização e uso de técnicas modernas de produção e o modelo de gestão empresarial do estabelecimento rural como os princípios norteadores do DR.

Kageyama (2004, p. 384), baseando-se em Van der Ploeg *et al.* (2000), afirma que:

[...] o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do ‘desenvolvimento rural’, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Observa-se que o enfoque sobre o DR se torna muito mais amplo do que o defendido pelo enfoque da modernização da agricultura, passando a considerar novos aspectos, como:

a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sempre sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a população pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não-agrícolas; b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser dissuadida de abandonar o campo; c) o espaço rural perde a função primordial produtiva, e outras passam a ser valorizadas (funções paisagística, turística e ecológica); d) a ‘desagrarização’ do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão do agricultor em ‘empresário rural’; e) o reforço da pluriatividade, tanto sob a forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores



econômicos (indústria e serviços) (SACO DOS ANJOS, 2003, *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 385, Grifo nosso).

Apontam-se, dentre outros aspectos, as possibilidades para o DR requerer o fortalecimento da agricultura familiar através da diversificação produtiva, aproveitamento de nichos de mercado, agregação de valor aos produtos e reforço da pluriatividade. Percebe-se que o uso que se faz das terras tem grande importância no desenvolvimento rural e, além disso, a produção diversificada, juntamente com incentivos governamentais, podem permitir que a população rural não deixe o espaço rural para buscar oportunidades nas cidades (ABRAMOVAY, 1998).

Abramovay (1998) salienta que o modelo de desenvolvimento brasileiro ainda seria pautado pelo incentivo à urbanização. O resultado conhecido do processo de urbanização desenfreado ainda se faz bem visível nas regiões metropolitanas país à fora: favelização, segregação socioespacial das classes menos favorecidas economicamente, escassez ou ausência de equipamentos e serviços públicos nas áreas periféricas, etc., compondo-se com espaços rurais, como os do Semiárido, com elevados índices de concentração de pobreza e miséria.

O quadro de evidente desequilíbrio, cidades superpovoadas e espaços rurais marcados pela miséria e pobreza, poderia ser enfrentado através da execução de políticas públicas para ampliar as oportunidades para a população economicamente marginalizada. Observe que, segundo Mattei (2014), baseando-se em dados do Censo Agropecuário (2006), o Brasil se colocava entre os países com os mais elevados índices de concentração de terras, revelando-se “[...] o quadro dramático da maioria dos agricultores brasileiros sem terra ou com pouca terra, uma vez que os estabelecimentos com até 10 hectares representam 32% do total dos estabelecimentos do país e detém apenas 1,8% da área total” (MATTEI, 2014, p. 73).

Ampla mercado interno, com população majoritariamente urbana, e ampla disponibilidade de terras, porém concentradas, que poderiam servir para assentar sem terras e redistribuir a posse em favor dos minifundiários que não dispõem de quantidade suficiente de terras para viabilizar economicamente a produção. Tal cenário, economicamente mais equilibrado e socialmente mais justo, ainda não se faz presente no Brasil, mas é necessário pontuar que alguns avanços ocorreram ao longo das duas últimas décadas.

A heterogeneidade do espaço rural brasileiro representa um grande desafio para o desenho de políticas públicas suficientemente amplas para serem capazes de abarcar as particularidades existentes. De outro lado, a amplitude acaba por favorecer a captura dos recursos disponibilizados por parte dos segmentos mais organizados, deixando-se os elos mais fracos, como os agricultores familiares descapitalizados, quase que a mercê do destino. Neste sentido, pode-se considerar que a



intervenção estatal para promoção do desenvolvimento rural ainda não logrou êxito, em que pese o reconhecimento de alguns avanços existentes.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A origem de Coronel João Pessoa/RN remonta ao século XVIII, com os seus antigos nomes “Baixio dos Kágados” e depois “Baixio<sup>2</sup> de Nazaré”, deixando evidente que as características das terras serviram como atrativos para o estabelecimento de posseiros provenientes do Ceará, cujo principal objetivo era a implantação de fazendas para criação de gado (IBGE, 2019). Neste sentido, a ocupação do espaço seguiu o mesmo padrão das demais terras do Alto Oeste Potiguar e se deu através da expansão da atividade pecuária e depois pela exploração das terras mais férteis para cultivo de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, dentre outros itens.

Geograficamente (Figura 2), o município se limita com São Miguel (ao Norte e a Oeste); Luís Gomes e Venha-Ver (ao Sul); Riacho de Santana, Água Nova e Encanto (a Leste). Coronel João Pessoa/RN é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, no Alto Oeste Potiguar, Mesorregião do Oeste Potiguar, distante cerca de 433 quilômetros da capital do estado (Natal/RN). O município contava em 2010 com uma população de 4.772 habitantes, com uma densidade demográfica de 40,74 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Trata-se de uma cidade pequena, cuja economia apresenta forte dependência de transferências externas de recursos públicos, tanto diretamente para os cidadãos (através da Previdência Rural e Programa Bolsa Família), como para a Administração Municipal (Fundo de Participações dos Municípios, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, dentre outros), bem como com modestíssima participação do setor industrial e pouco dinamismo dos demais serviços e do comércio.

---

<sup>2</sup> O termo “Baixio” é utilizado para designação de áreas propícias para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

**Figura 2:** Limites do município de Coronel João Pessoa/RN

**Fonte:** Google Earth (2018)

Em relação à caracterização do espaço rural municipal, observa-se que a qualidade do solo é uma característica importante para viabilizar a continuidade da exploração dos agricultores familiares, pois mesmo com estabelecimentos rurais considerados pequenos conseguem produzir para o autoconsumo familiar e extrair excedentes para comercialização nos mercados local e regional. Sendo a produção realizada nos baixios e vazantes inundadas por riachos e pequenas represas que, ao transbordarem durante os períodos mais chuvosos, reúnem boa parte das plantações. Em virtude dessa característica, tem-se que a estiagem prolongada (2012-2017) impactou negativamente a produção agropecuária e prejudicou ainda mais a economia local.

De acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o município tem 278 estabelecimentos agropecuários, com 4.970 hectares, distribuídas em 66 hectares destinados às lavouras permanentes, 506 hectares para as lavouras temporárias, 562 hectares para pastagens naturais, e 399 hectares para pastagens plantadas, além de áreas com outras destinações. Apurou-se que 10 estabelecimentos agropecuários cultivaram cana de açúcar, com 188,120 toneladas produzidas, numa área colhida de 9 hectares e valor estimado da produção em, aproximadamente,



R\$ 27.500,00<sup>3</sup>, representando apenas uma pequena parcela da produção estadual que foi de 1.262.565,215 toneladas, obtida em 490 estabelecimentos rurais distribuídos em 34 municípios (IBGE, 2017).

Embora o município não se apresente entre os 20 maiores produtores do RN foi, de acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o segundo maior produtor do Alto Oeste Potiguar, ficando atrás de Almino Afonso (288 toneladas) e superando Luís Gomes (154, 500 toneladas), Marcelino Vieira (25 toneladas), Venha-Ver (21,800 toneladas), Frutuoso Gomes (9 toneladas), Antônio Martins (7,300 toneladas) e Tenente Ananias (3,600 toneladas) (IBGE, 2017).

Os dados indicam (Quadro 1 e Quadro 2) que o município de Coronel João Pessoa/RN manteve o cultivo de cana de açúcar, até mesmo nos períodos de estiagem mais acentuada (período 2013-2017) e, muito embora os valores estimados para a produção não sejam muito expressivos, deve-se considerar que os resíduos são reaproveitados na alimentação dos animais. Ademais, a aceitação dos produtos fabricados no mercado regional indica que os resultados financeiros alcançados ainda compensam o cultivo e processamento da cana de açúcar. Observa-se que a produção, a partir de 2012, começou a apresentar uma tendência de queda (Quadro 2), acentuando-se substancialmente em 2016, mas sendo retomada com maior vigor em 2017 (acima de 188 toneladas) e 2018<sup>4</sup>. A explicação mais plausível para a queda da produção decorre da intensificação da estiagem, isso porque alguns produtores optaram pela venda da água dos poços, reduzindo-se a disponibilidade para a irrigação.

**Quadro 1:** Produção agrícola/Lavoura temporária – Cana de açúcar – Coronel João Pessoa/RN (2010-2004)

Variáveis	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
<b>Quantidade produzida (ton.)</b>	1.800	1.500	1.250	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Valor da Produção (R\$)</b>	72.000,00	69.000,00	56.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	32.000,00
<b>Área Plantada (hectares)</b>	60	60	50	40	40	40	40
<b>Área Colhida (hectares)</b>	60	60	50	40	40	40	40
<b>Rendimento Médio (Kg/ha)</b>	30.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000

Fonte: IBGE (2004 a 2010)

<sup>3</sup> Utilizando-se como referência o preço de 1 tonelada em 2016 (cerca de R\$ 146,00).

<sup>4</sup> Não foi possível fazer uma estimativa confiável da quantidade produzida, pois os produtores pesquisados estavam em fases distintas do processo (parte não tinha colhido o produto).

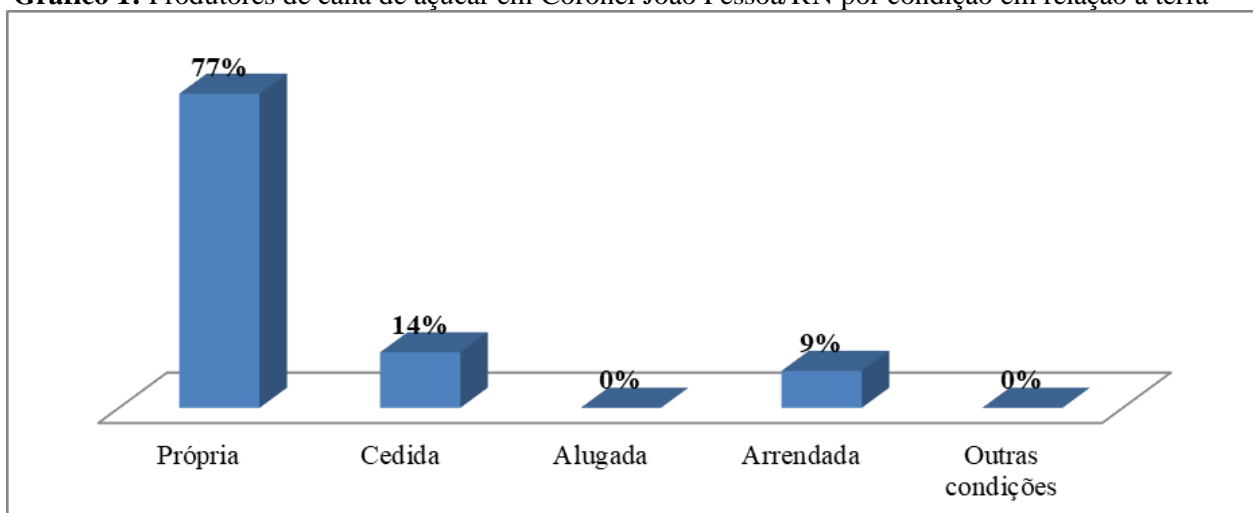
**Quadro 2:** Produção agrícola/Lavoura temporária – Cana de açúcar – Coronel João Pessoa/RN (2011-2016)

Variáveis	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Quantidade produzida (toneladas)	75	550	600	294	1.200	1.200
Valor da produção (R\$)	11.000,00	50.000,00	42.000,00	13.000,00	60.000,00	57.000,00
Área plantada (hectares)	10	22	20	07	40	40
Área colhida (hectares)	03	22	20	07	40	40
Rendimento médio (kg/ha)	25.000	25.000	30.000	42.000	30.000	30.000

Fonte: IBGE (2011 a 2016)

A pesquisa realizada no município de Coronel João Pessoa/RN aponta dados da situação do processo de cultivo e processamento da cana de açúcar no ano. O município conta com 278 estabelecimentos rurais, sendo que, segundo a pesquisa de campo realizada, foram identificados 22 estabelecimentos que realizaram o cultivo de cana de açúcar em 2018 (IBGE, 2017; PESQUISA DE CAMPO, 2018).

O gráfico 1 apresenta a condição do produtor em relação a terra. Verificou-se que a grande maioria (77%) é proprietária das terras cultivadas, com apenas 14% realizando o plantio em terras cedidas por terceiros e 9% em terras arrendadas.

**Gráfico 1:** Produtores de cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN por condição em relação à terra

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

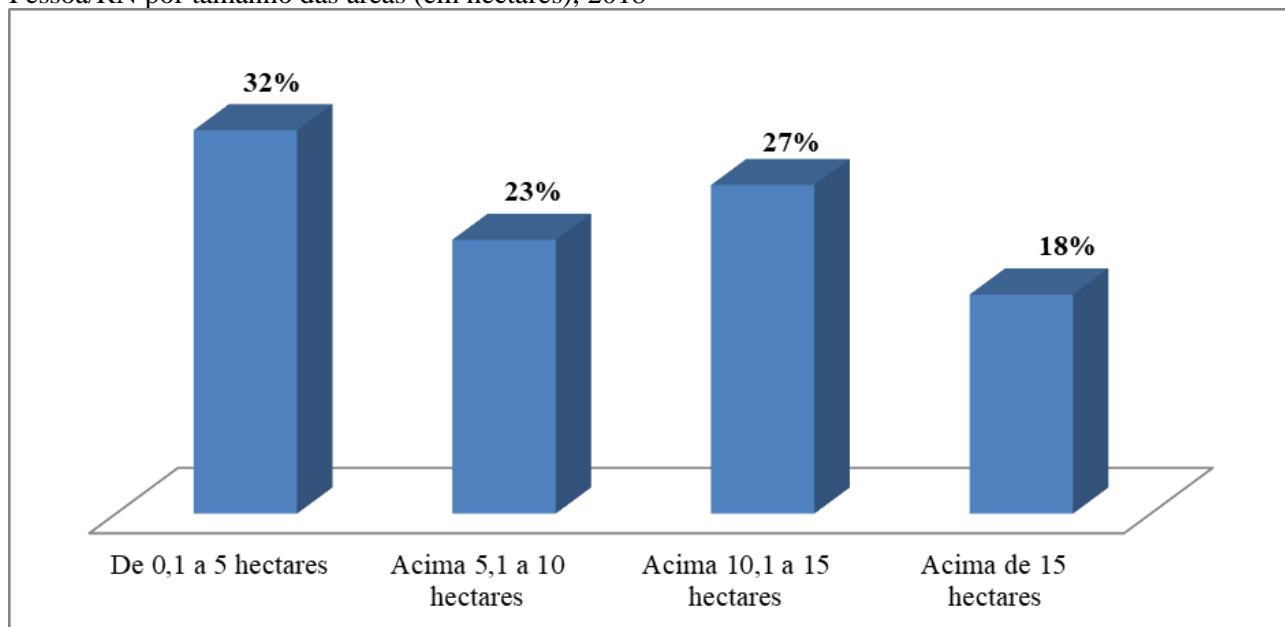
O gráfico 2 aponta o tamanho dos estabelecimentos rurais que apresentam plantações de cana de açúcar. Mesmo os maiores estabelecimentos não ultrapassam os 50 hectares e se caracterizam como minifúndios produtores de cana de açúcar e que não mantêm vínculos formais com quaisquer dos proprietários de engenhos. Neste sentido, dispõem de liberdade para destinarem





a produção para o que considerarem mais conveniente (vender a produção *in natura*, processar num engenho ou utilizar como ração animal).

**Gráfico 2:** Distribuição dos estabelecimentos rurais com cultivo de cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN por tamanho das áreas (em hectares), 2018



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

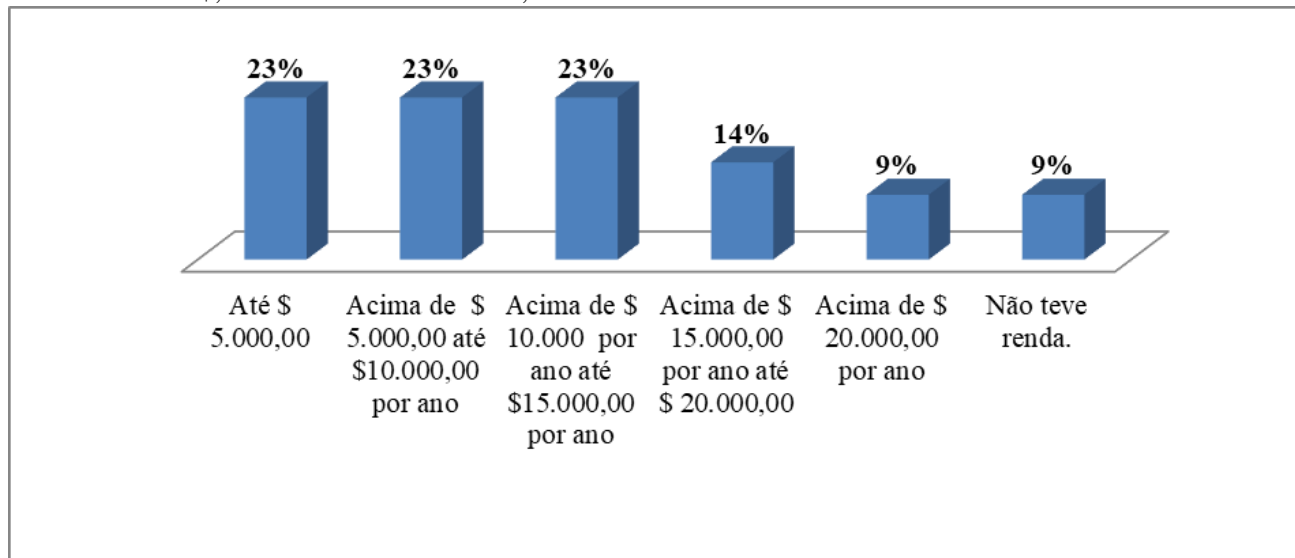
O gráfico 2 também mostra que 55% dos estabelecimentos rurais que apresentam cultivo de cana de açúcar têm até 10 hectares, demonstrando-se de forma cabal que a atividade canvieira em Coronel João Pessoa/RN é realizada em estabelecimentos rurais com áreas reduzidas. Ademais, 82% dos estabelecimentos produtores têm até 15 hectares e apenas 18% apresentam áreas maiores que 15 hectares. Embora dispondo de áreas pequenas, observou-se que os agricultores buscam utilizar as áreas disponíveis para desenvolverem atividades diversificadas, como cultivo de milho e feijão, bem como fazendo uso dos restos provenientes do cultivo da cana de açúcar para ração dos animais. Verificou-se também que as áreas destinadas para o cultivo de cana de açúcar são muito reduzidas, com 91% dos produtores informando que destinaram para o plantio de cana de açúcar áreas de até 1,5 hectare e 9% com áreas acima de 1,5 hectare até 3 hectares. As justificativas para não usar mais terras na atividade apontaram principalmente para os seguintes aspectos: as propriedades são pequenas, os custos para o processamento são cada vez maiores, os riscos climáticos, as dificuldades para conseguirem mão de obra capacitada para algumas tarefas, a falta de dinheiro para poder arriscar mais e o trabalho muito árduo associado à atividade.

O gráfico 3 mostra a distribuição das rendas agropecuárias indicadas pelos produtores pesquisados obtidas no ano anterior à realização da pesquisa. Observou-se grande dificuldade para



os produtores responderem sobre questões associadas às rendas auferidas e aos custos, não sendo, portanto, desprezíveis as possibilidades de erros, principalmente porque, segundo foi apurado, não têm o hábito de contabilizarem as operações realizadas ao longo dos anos.

**Gráfico 3:** Renda proveniente das atividades agropecuárias realizadas nos estabelecimentos rurais – estimativa em R\$, Coronel João Pessoa/RN, 2018



**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

O Gráfico 3 aponta que 69% dos produtores de cana de açúcar tiveram rendas provenientes das atividades agropecuárias de até R\$ 15 mil, sendo que, na média, 46% não alcançaram nem um salário mínimo de rendimento mensal. Acrescente-se que 9% dos produtores informaram não terem obtido renda agropecuária em 2017. Contudo, não se deve perder de vista que se trata de um município com baixo dinamismo econômico e elevada dependência de receitas provenientes de fontes externas (94,6%), sendo que 52,4% da população tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo no ano de 2016 (IBGE, 2018).

Considerando a realidade socioeconômica de Coronel João Pessoa/RN e também o tamanho reduzido dos estabelecimentos rurais, além dos efeitos da longa estiagem (2012-2017), pode-se afirmar que a renda agropecuária alcançada pelos produtores de cana de açúcar em 2017 foi satisfatória. Levantou-se também que os custos para o plantio, quando o produtor tem a “semente”, aproximam-se de R\$ 3 mil e que tal montante não seria compatível com a capacidade econômica da maioria dos produtores, inclusive porque os recursos disponíveis também se destinavam à manutenção dos rebanhos, tendo-se que adquirir alimentos e água durante a estiagem (2012-2017). É importante destacar que foram incluídos nos custos estimados para o plantio os dias trabalhados pelo produtor e outros membros da família, mas que não foram remunerados monetariamente.



Assim, parte dos custos estimados não representaram desembolsos monetários realizados pelos produtores de cana de açúcar.

Em relação ao cultivo da cana de açúcar (Figura 3), verificou-se que se iniciam as preparações das áreas entre os meses de outubro e novembro. Antes de tudo é necessário fazer a limpeza do terreno, seguidamente é iniciado um processo de umedecimento da terra através da irrigação. Depois algumas canas são fatiadas em pedaços com os nós (essas partes são tratadas como “sementes”) e plantadas em covas com espaçamentos de 50x20cm. Depois de colocadas nas covas, são molhadas novamente e só depois essas aberturas são cobertas com terra. O período do plantio até a colheita é de um ano, aproximadamente.

**Figura 3:** Fase inicial de crescimento da cana de açúcar, Coronel João Pessoa/RN



**Fonte:** Acervo dos autores (2018)

Apurou-se que é necessária uma boa quantidade de água para que a colheita ocorra normalmente, por isso, a produção é irrigada<sup>5</sup> sendo que 95% dos produtores de cana de açúcar utilizaram a irrigação para o cultivo e 5% não recorreram à irrigação (Tabela 1). A necessidade em recorrer à irrigação se constituiu numa limitação adicional durante o período de estiagem (2012-2017) para o cultivo da cana de açúcar, pois representavam um custo com a reposição de alguns instrumentos, como tubos e conexões, num momento em que os recursos monetários também se destinavam, prioritariamente, para a manutenção dos animais existentes nos estabelecimentos rurais.

<sup>5</sup> Os sistemas utilizados para a irrigação da cana de açúcar são simples, constituindo-se em alguns aspersores, canos, mangueiras e moto bombas que captam água de poços artesianos existentes nos estabelecimentos.

A tabela 1 apresenta os equipamentos, itens e condições em que os produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa realizam o cultivo. Percebe-se que apenas 9% utilizam tratores na fase de cultivo, sugerindo que o Poder Público municipal não tem garantido o corte de terras através dos equipamentos (máquinas) repassadas pelo Governo Federal no tempo requerido para início das atividades. Aliás, em matéria de uso de recursos técnicos, tem-se apenas a irrigação como elemento incorporado ao cultivo, pois não utilizam implementos agrícolas (100%), apenas 5% usaram defensivos e 9% realizaram algum tipo de adubação.

**Tabela 1:** Disponibilidade/Acesso recursos técnicos, crédito e assistência técnica, Coronel João Pessoa/RN, 2018

QUESTÕES	SIM	NÃO	SIM (%)	NÃO (%)
Usa algum tipo de trator ou máquina para preparar a terra	20	2	91%	9%
Usa implemento agrícola para preparar a terra	0	22	0%	100%
Utiliza veneno ou pesticida	1	21	5%	95%
Utiliza algum tipo de adubo	2	20	9%	91%
Recebeu financiamento do PRONAF	3	19	14%	86%
Recurso do PRONAF contribui para o cultivo	3	0	100%	-
Recebeu alguma orientação da EMATER	0	22	0%	100%
Gostaria de receber alguma orientação	16	6	73%	27%
Utiliza irrigação	21	1	95%	5%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

Pelo exposto até aqui já se evidencia que a modernização, entendida estritamente pela capacidade de incorporação/uso do pacote tecnológico e agroquímico da “revolução verde” e pela figura do empresário rural, não se aplica ao caso dos produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa/RN. Assim, pelo viés produtivista, pode-se afirmar que a atividade canavieira não vem contribuindo para o DR.

Apurou-se que em anos anteriores quando ocorreu boa regularidade nas precipitações pluviométricas, em virtude da pequena capacidade de processamento dos engenhos, passavam-se vários meses nas “moagens” da cana de açúcar e que a estiagem prolongada foi apontada como um fator determinante para a redução do cultivo.

A etapa de processamento da cana é a que requer maior número de trabalhadores, alguns especializados, como o “mestre” e o “caldeireiro”. A tabela 2 apresenta as funções e quantidades de mão de obra necessárias para produzir os derivados, como também a remuneração das diferentes categorias de trabalhadores. Os dados dizem respeito ao levantamento realizado com dois proprietários de engenhos situados na comunidade Poço de Varas em Coronel João Pessoa/RN.



**Tabela 2:** Divisão do trabalho nos Engenhos, especialidade e remuneração diária, Coronel João Pessoa/RN (em R\$), 2018

Funções	Mão de obra (quantidade)		Preço Diária (R\$)	
	Proprietário I	Proprietário II	Proprietário I	Proprietário II
Cortador de cana	4	4	55,00	55,00
Empilhador de cana	4	-	55,00	-
Pelador de cana	4	4	60,00	60,00
Banqueiro	2	2	60,00	60,00
Mestre	1	1	100,00	100,00
Caldeireiro	1	1	100,00	100,00
Ajudante de caldeireiro	1	1	60,00	60,00
Botador de Fogo	1	1	100,00	100,00
Tronqueiro	1	1	100,00	100,00
Bagaceiro verde	1	1	100,00	100,00
Bagaceiro seco	1	1	60,00	60,00
Puxador de Alfenim	4	2	60,00	60,00
Batedor de Batida	1	1	60,00	60,00
Cozinheira	1	1	60,00	60,00
Motorista (veículo)	1	-	50,00	-
Transporte tração animal (cambiteiro)	-	4	-	55,00

**Fonte:** Pesquisa de campo (2018)

A tabela 2 mostra a divisão do trabalho necessário para a realização do processamento da cana de açúcar nos engenhos rapadureiros. As funções desempenhadas têm como propósitos a obtenção dos seguintes derivados: rapadura, alfenim, mel, batida e caldo de cana (garapa). A média diária de remuneração indicada pelo proprietário I foi de R\$ 1.830,00 para a contratação de 28 trabalhadores e pelo proprietário II foi de R\$ 1.660,00 para a contratação de 25 trabalhadores. Percebe-se que é mobilizado um número razoável de trabalhadores para o funcionamento dos engenhos rapadureiros, especialmente, por se tratar de produção proveniente da agricultura familiar realizada em áreas reduzidas.

Considerando a possibilidade de retomada da atividade canavieira por um número maior de produtores, verifica-se a importância para a mobilização de contingente maior de trabalhadores durante maior período ao longo do ano, corroborando as falas de alguns produtores sobre o movimento intenso nas épocas de safras maiores. O ápice da produção verificada na série histórica apresentada no início desta seção foi de 1.800 toneladas no ano de 2010, ou seja, praticamente dez vezes mais do que foi produzido em 2017, sendo, portanto, plausível considerar que o crescimento do cultivo e processamento de cana de açúcar tem perspectivas para potencializar o DR em Coronel João Pessoa/RN.

A atividade, por ser pouco intensiva em uso de tecnologias, demanda razoável número de trabalhadores, sendo boa parte da mão de obra com exigências mínimas de capacitação (exceções feitas ao mestre e ao caldeireiro<sup>6</sup>, pois são postos que exigem conhecimentos específicos), conseqüentemente representa oportunidade para obtenção de renda, ainda que sazonal, para muita gente. A atividade canvieira funciona também como alternativa para diversificação das atividades produtivas nos minifúndios e permite, pelo processamento e fabricação dos derivados, agregação de valor para a cana de açúcar, conseqüentemente se apresenta como fonte de geração de renda para os agricultores familiares através do atendimento de nichos de mercado (local e regional). Saliente-se que não podem ser menosprezadas as possibilidades de exploração turística através de visitas aos engenhos, bem como, a possibilidade de realização de feiras para apreciação dos derivados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo da cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN tem relação com as características edafoclimáticas existentes no município, mas esse não é o fator principal, pois esse tipo de cultivo é relativamente comum no Semiárido, especialmente, nos chamados Brejos de Altitude. Apurando-se que a motivação é fundamentalmente econômica, tendo em vista que os produtos (rapadura, mel, alfenim e batida) têm boa aceitação nos mercados local e regional e, em consequência, ainda se conseguem preços compensatórios.

Algumas dificuldades foram identificadas, tais como: insuficiência de profissionais qualificados para a realização das tarefas nos engenhos e falta de interesse dos mais jovens para desempenhar tais atividades, observando-se que o trabalho é realizado em ambiente insalubre e extenuante. Ademais, têm-se os problemas relacionados à inserção nos mercados. Como os produtos não são certificados não se obtém eventuais diferenciais de preços alcançados pelos produtos orgânicos, também não existe padronização dos produtos, com especificações exigidas na legislação para comercialização de alimentos, eliminando a possibilidade de venda dos produtos para o varejo formalizado (supermercados, por exemplo). Assim, a produção se destina ao autoconsumo e a comercialização no mercado informal (feiras livres, por exemplo), geralmente, realizada através de atravessadores.

Percebeu-se que a produção de cana de açúcar no município de Coronel João Pessoa/RN apresenta-se como uma atividade com potencial econômico e que exige baixo investimento para o

---

<sup>6</sup> Um aspecto que tem preocupado o proprietário de um engenho pesquisado, relaciona-se à dificuldade crescente para encontrar mão de obra qualificada para realização de algumas tarefas, salientando também que não percebe interesse dos mais jovens em aprender tais profissões.



cultivo. A aceitação dos derivados no mercado indica que o Poder Público pode atuar na potenciação da atividade, contribuindo para instituição de padronização de produtos, e auxiliar para que os produtores obtenham certificações de orgânicos ou pelo menos para comercialização dos produtos.

Acredita-se que o Poder Público também pode desempenhar importante papel na exploração turística da atividade, através da organização de feiras e eventos associados às atividades dos engenhos rapadureiros, preservando-se um aspecto cultural que remonta ao período da ocupação das terras. Nesses termos, verificou-se que a organização econômica rural se vincula à agricultura familiar, tendo em vista que todos os produtores envolvidos na exploração da atividade canavieira se enquadram como agricultores familiares.

A atividade canavieira contribui economicamente para o município através da geração de renda e emprego. Na pesquisa foi possível determinar que no período de safra, o processo rapadureiro consegue empregar, mesmo que de maneira informal, cerca de 28 pessoas em cada engenho, sendo que esses conseguem obter uma renda diária de até R\$ 100,00. Neste sentido, pode-se afirmar que a atividade canavieira contribui para o desenvolvimento da agricultura no seio familiar. Por outro lado, verificou-se que, considerando o viés produtivista e de modernização agrícola, a atividade canavieira não consegue impulsionar o desenvolvimento rural, tendo em vista a insuficiente capacidade de incorporação tecnológica aos métodos de industrialização que são empregados no processo de produção dos derivados, bem como na fase de cultivo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/201508131525281087273037.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. Disponível em: <<https://forodesarrolloterritorial.org/gallery/volumen%205.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2019.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro 46 (6): 1575 - 1597, nov./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000600008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600008)>. Acesso em: 25 mar. 2019.





FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município de Coronel João Pessoa/RN**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/historico>>. Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. 2007. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agropecuária – Lavoura Temporária**. (Diversos anos). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/14/10193?ano=2010>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11009>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais -UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

\_\_\_\_\_; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008. Disponível em: <[http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio\\_pc210/projeto/palestras/capitulo\\_32.pdf](http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/projeto/palestras/capitulo_32.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2019.



\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e Industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, nº 2. Out, p. 42-61, 2003.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<https://conectarural.org/sitio/sites/default/files/documentos/giarraca.pdf#page=2>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Recebido em 25 de Junho de 2019  
Aprovado em 28 de Outubro de 2019